



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº 12155.000169/2005-06
Recurso Voluntário
Acórdão nº 3301-014.056 – 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 17 de abril de 2024
Recorrente TRADELINK MADEIRAS LIMITADA
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Período de apuração: 01/01/2005 a 30/06/2005

PIS/COFINS. NÃO-CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS.

A pessoa jurídica exportadora que adquira ou receba mercadorias com o fim específico de exportação, desoneradas da incidência da Cofins, não poderá descontar créditos decorrentes da não-cumulatividade desta contribuição relativamente às respectivas operações.

DCOMP. QUANTUM RECONHECIDO DE CRÉDITO.

A declaração de compensação, para ser homologada, depende da existência de direito creditório.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Rodrigo Lorenzon Yunan Gassibe – Presidente

(documento assinado digitalmente)

Laercio Cruz Uliana Junior – Relator e Vice-presidente

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Wagner Mota Momesso de Oliveira, Laercio Cruz Uliana Junior, Jucileia de Souza Lima, Rodrigo Lorenzon Yunan Gassibe (Presidente).

Relatório

Por bem relatar os fatos, transcrevo o relatório da DRJ:

Trata o presente processo de pedido de ressarcimento de crédito da I Contribuição para o PIS/Pasep, referente aos 1º e 2º trimestres de 2005 (fls. 01/02), no montante de R\$ 7.299,92 e R\$ 8.558,01, acompanhados de Declarações de Compensação

A unidade de origem, por intermédio do parecer e despacho decisório de fls. 72/79, considerou reconheceu os créditos pleiteados de PIS não-cumulativos, e não homologou as compensações declaradas, sob os seguintes fundamentos:

"O art. 5º da Lei nº 10.637/2002, por sua vez, enuncia hipóteses de não incidência do PIS e prescreve a possibilidade de se fazer uso do crédito apurado na forma do art. 3º, seja a título de compensação, seja a título de ressarcimento

O direito de utilizar os créditos, entretanto, não beneficia a empresa exportadora que tenha adquirido mercadorias com o fim específico de exportação, ficando vedada, nesta hipótese, a apuração de créditos vinculados à receita de exportação. É o que determina o art. 7º da Lei nº 10.637/2002 (...).

(...) importa observar que as notas fiscais apensadas pelo interessado, para comprovar a receita de exportação auferida, são as que constam dos anexos IV, V, VI e VIII do processo nº 12155.000170/2005-22.

Com base no Código Fiscal de Operações e de Prestações (Cfop) e nas informações complementares (aí incluídas as notas fiscais de entrada de madeira, juntadas aos anexos VI e VII, em correspondência com as notas fiscais de saída emitidas no período), entende-se que as citadas notas fiscais representam vendas de mercadorias adquiridas de terceiros com fim específico de exportação, o que impede, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 7º da Lei nº 10.637/2002, c/c inc. VIII e IX do art. 46 da Instrução Normativa SRF nº 247/2002 e do § 4º do art. 6º da Lei nº 10.833/2003, a utilização de créditos de PIS e de Cofins calculados sobre custos, encargos e despesas vinculados a essas vendas.

Considerando que somente geram direito a crédito os custos, despesas e os encargos vinculados às receitas de exportação de produção do próprio sujeito passivo, CONCLUI-SE QUE NÃO HÁ QUALQUER CRÉDITO A SER RECONHECIDO AO POSTULANTE.

(...)

(...) ante a inexistência de crédito a ser reconhecido ao interessado, não cabe, no processo em análise, a compensação de que trata a DCOMP às fls. 09/10."

Cientificada do despacho decisório, a contribuinte apresentou, em 23/07/2010, a manifestação de inconformidade de fls. 89/93, da qual consta:

"A Autoridade que proferiu a decisão, ora vergastada, considerou equivocadamente que a madeira adquirida pela requerente e efetivamente exportada não sofre qualquer transformação ou beneficiamento, não se justificando, por isso, a incidência de insumos de produção, nem seus respectivos créditos(...), baseando-se exclusivamente nas anotações das notas fiscais, que indicam, por exigência do fisco estadual, tratarem-se de "aquisições com fim específico de exportação".

Ocorre que a Requerente é uma indústria transformadora de madeira serrada, constando em seu cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ a atividade de serralha e fabricação de artefatos de madeira, bem como o comércio atacadista e varejista de madeira e produtos derivados (...).

O equívoco do código fiscal de operações e prestações (Cfop) e a indicação de "aquisição com fim específico de exportação" nas informações complementares das notas fiscais são exigências da Fazenda Estadual para o reconhecimento da não incidência do ICMS nas exportações por meio de "Regime Especial"; dado sob determinadas condições, desvirtuando a Constituição Federal e a Lei Complementar 87/96 que não impõem tais restrições.

Apesar de se saber que a exoneração do imposto estadual não depende legalmente de tais condições e imposições, o não cumprimento das exigências estaduais impediria a concessão do "Regime Especial" e o direito à exoneração.

Em que pese a indicação errônea na nota fiscal e a necessária submissão da Requerente às exigências do fisco estadual, fato é que a empresa adquiriu matéria-prima (madeira serrada) e a transformou em produto acabado ou semi-acabado, para posterior exportação, podendo este fato ser comprovado mediante a documentação de exportação (...), onde constam os códigos de produtos finais.

Além dos documentos fiscais e de exportação que comprovam todo o processo de beneficiamento, possui a empresa fluxogramas, onde são discriminados minuciosamente (do início ao fim), as fases de operação da madeira, bem como definidos os meios (maquinário, mão de obra) utilizados, identificando-se as mudanças do produto a cada fase.

Os documentos anexos falam por si só e comprovam todos os argumentos e razões acima expendidos.

Por fim, requer:

a) Seja deferido os requerimentos de créditos de PIS/PASEP não-cumulativos relativos aos períodos de apuração 1º e 2º trimestres de 2005 (...), bem como homologada a DCOMP de fl. 09/10, cancelando-se a cobrança débito em questão.

b) A produção de todas as provas em direito admitidas, em especial a realização de perícia.

Ainda, constou na ementa:

PIS/COFINS. NÃO-CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS.

A pessoa jurídica exportadora que adquira ou receba mercadorias com o fim específico de exportação, desoneradas da incidência da Cofins, não poderá descontar créditos decorrentes da não-cumulatividade desta contribuição relativamente às respectivas operações.

DCOMP. QUANTUM RECONHECIDO DE CRÉDITO.

A declaração de compensação, para ser homologada, depende da existência de direito creditório.

Inconformada, a contribuinte apresentou recurso voluntário querendo reforma em síntese nos termos de defesa anteriormente apresentada.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Laércio Cruz Uliana Junior, Relator.

O recurso voluntário interposto pela recorrente atende aos requisitos de admissibilidade.

Ademais a mais, reproduzo o voto DRJ:

DO DIREITO CREDITÓRIO

Sustenta a manifestante, em oposição à decisão proferida pela unidade de origem, que a mesma incidiu em equívoco, uma vez que haveria considerado que a madeira por si adquirida e efetivamente exportada não sofre qualquer transformação ou beneficiamento, não se justificando, por isso, a incidência de insumos de produção, nem seus respectivos créditos, baseando-se exclusivamente nas anotações das notas fiscais, que indicam, por exigência do fisco estadual, tratarem-se de aquisições com fim específico de exportação. Sustenta que adquiriu matéria-prima (madeira serrada) e a transformou em produto acabado ou semi-acabado, para posterior exportação, podendo este fato ser comprovado mediante a documentação de exportação, onde constam os códigos de produtos finais, além dos demais documentos juntados aos autos.

Primeiramente, cumpre observar que as notas fiscais de entrada dos pretensos insumos sobre os quais o sujeito passivo pretende ver calculado o crédito em questão são as que foram juntadas aos autos, no que diz respeito à madeira (fls. 59/72, 165/166, 178/179, 193, 206/207, 220/221, 234/235 do anexo VII, dentre várias outras juntadas aos autos pela própria contribuinte nos demais anexos), bem como as constantes das fls. 40/174 do Anexo III, assim como, as constantes do Anexo IX, em relação aos demais bens. Dentre tais notas fiscais, como já evidenciado, encontram-se aquelas relativas ao bem sobre o qual incidiria o processo industrial invocado pela contribuinte, qual seja, madeira (serrada ... destinada à exportação – fl. 127 do Anexo VIII, v.g.; simplesmente serrada em bruto tipo exportação – fl. 234/235 do Anexo VII, v.g.; serrada tipo exportação – fl. 123, do Anexo VIII, v.g.; tipo exportação short's – fl. 151 do Anexo VII, v.g., e outras nomenclaturas equivalentes). Por sua vez, na quase totalidade das notas fiscais de entrada do produto madeira, encontra-se grafada a declaração de que se trata de "Remessa com fim específico de exportação". Encontra-se em várias de tais notas fiscais de entrada a advertência (no campo "Informações Complementares") de que se trata de bens "destinados exclusivamente à exportação para o exterior diretamente pela compradora" (notas fiscais de fls. 59/72, 115/116, 165/166, 193 do anexo VII, v.g., dentre várias outras juntadas aos autos pela própria contribuinte). Os Anexos citados acima são do processo nº 12155.000170/2005-22.

Rememore-se, neste ponto, que o art. 5º, I, da Lei nº 10.637/2002, prescreve que "a contribuição para o PIS/Pasep não incidirá sobre as receitas decorrentes das operações de (...) exportação de mercadorias para o exterior". Acresça-se que o Decreto-Lei nº 1.248/1972, no que diz respeito às operações realizadas por empresa comercial exportadora, para o fim específico de exportação, assegura ao produtor-vendedor (art. 3º) os benefícios fiscais concedidos por lei para incentivo à exportação. Em síntese, as vendas realizadas para empresas comerciais exportadoras, com o fim específico de exportação, correspondem a uma exportação e, nesse sentido, a receita respectiva encontra-se desonerada do PIS/Pasep e da

Cofins (é que as empresas comerciais exportadoras, por óbvio, não devem atuar, em relação a tais operações, como estabelecimento industrial).

Tenha-se em conta, ainda, que o art. 6º, § 4º, da Lei nº 10.833/2003 explicita que a empresa comercial exportadora adquirente de mercadorias com o fim específico de exportação não poderá descontar créditos de COFINS referentes às operações em tela, sendo que aplica-se também em relação ao PIS/Pasep (art. 15, III da Lei citada acima).

No caso concreto, pelo que consta nos autos, revela-se evidente que a contribuinte recebeu o bem madeira com desoneração de PIS, ou seja, a adquirente tinha pleno conhecimento da desoneração, haja vista o teor das anotações constantes das respectivas notas fiscais de entrada.

Acrescendo ao que até aqui foi consignado, constata-se que a contribuinte, em suas notas fiscais de saída referentes ao trimestre de apuração objeto dos autos (fls. 175/199 do Anexo III, 02/199 do Anexo IV e 2/93 do Anexo V, dentre várias outras juntadas aos autos pela própria contribuinte) lançou o CFOP 2102 (Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros) ou o CFOP 2202 (Devolução de Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros, com natureza de operação de "devolução Exportação"). Ou seja, a interessada ratifica, por intermédio de documentação fiscal, que recebeu produtos acabados e, no trimestre em tela, suas saídas corresponderam exclusivamente a tais bens (e não a quaisquer outros que porventura possa, eventualmente, haver efetivamente submetido a processo industrial). Os anexos citados são do processo nº 12155.000170/2005-22.

Conclui-se, em assim sendo, que o sujeito passivo recepcionou produtos formalmente declarados como prontos e acabados, já para o fim último de exportação, atuando, no caso concreto, como uma comercial exportadora, não se lhe aproveitando, pois, a declaração de que veio, ulteriormente, a beneficiar estes mesmos produtos (o que não prova, uma vez que suas saídas todas correspondem a mercadorias adquiridas ou recebidas de terceiros, ou seja, as saídas ocorridas no trimestre de apuração de interesse aos autos correspondem exclusivamente à madeira entrada em seu estabelecimento já para o fim último de exportação, segundo a própria documentação que fez juntar ao processo administrativo). Assinale-se que há de incidir na espécie a proibição de *venire contra factum proprium*.

DAS DECLARAÇÕES DE COMPENSAÇÃO

Toda declaração de compensação depende da existência de um crédito, razão pela qual deve ser homologada na exata medida do direito creditório reconhecido. Neste passo, como a contribuinte não teve reconhecido seu hipotético direito creditório em sede de manifestação de inconformidade a declaração de compensação não homologada pela unidade de origem permanece nessa mesma condição.

DO PEDIDO. DE PERICIA

Sobre esse tema, cumpre esclarecer que, apesar de ser facultado ao sujeito passivo o direito de pleitear a realização de diligências e perícias, em consonância com o artigo 16, inciso IV do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF), com redação dada pelo artigo 1º da Lei nº 8.748, de 9 de dezembro de 1993, compete à autoridade julgadora decidir sobre sua efetivação, podendo ser

indeferidas as que considerar prescindíveis ou impraticáveis (art. 18, caput, do Decreto nº 70.235, de 1972, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 8.748, de 1993).

A realização de diligência e perícia pressupõe que o fato a ser provado necessite de conhecimento técnico especializado e/ou esclarecimento de fatos considerados obscuros no processo. No presente caso, tais motivos são inexistentes, uma vez que nos autos constam todas as informações necessárias e suficientes para o deslinde da questão. Tanto é que a Impugnante sequer especificou o que pretenderia provar com as perícias e diligências, limitando-se a fazer um pedido genérico. Dessa forma, e em conformidade com o artigo 18, caput, do Decreto nº 70.235, de 1972, voto pelo indeferimento do pedido de perícia, por considerá-la prescindível para o julgamento da presente lide.

Assim, deve ser mantido incólume o acórdão DRJ.

CONCLUSÃO

Diante do todo exposto, nego provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Laércio Cruz Uliana Junior